
da teoria à prática

O saber de António Ribeiro dos Santos na arrumação dos saberes da Real Biblioteca Pública da Corte

da teoria à prática

Fernanda Maria Guedes de Campos



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/3664>

DOI: 10.4000/cultura.3664

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 janeiro 2017

Paginação: 63-79

ISSN: 0870-4546

Refêrencia eletrónica

Fernanda Maria Guedes de Campos, « O saber de António Ribeiro dos Santos na arrumação dos saberes da Real Biblioteca Pública da Corte », *Cultura* [Online], vol. 36 | 2017, posto online no dia 09 setembro 2019, consultado a 08 janeiro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/3664> ; DOI : 10.4000/cultura.3664

Este documento foi criado de forma automática no dia 8 janeiro 2020.

© CHAM — Centro de Humanidades / Centre for the Humanities

da teoria à prática

O saber de António Ribeiro dos Santos na arrumação dos saberes da Real Biblioteca Pública da Corte

da teoria à prática

Fernanda Maria Guedes de Campos

Introdução

- 1 A organização de uma biblioteca aberta ao público, no final do século XVIII, pressupunha, da parte do seu responsável, em primeiro lugar, um conhecimento profundo, atento e moderno sobre as obras que nela deveriam constar. Porém, e não menos importante, para que a biblioteca servisse os propósitos de informar e dar ao leitor (ou visitante, como então se designava) os livros do seu interesse, era fundamental estabelecer uma classificação do acervo, a qual pudesse, complementarmente, ajudar na arrumação física das espécies nas salas, estantes e prateleiras que constituíam o mobiliário da biblioteca. Esta evidência, que reconhecemos com facilidade ainda hoje, fora-se impondo ao longo dos séculos, de forma mais fortuita quando se tratava de pequenas coleções e mais impositiva quando os acervos eram vastos. Assenta basicamente na adoção de um elenco pré-estabelecido de matérias (a que podemos chamar esquema teórico de classificação) e de um conjunto de práticas organizativas que se implementam para tornar visível a classificação e compreensível a disposição dos livros nas estantes.
- 2 O delicado equilíbrio que se estabelece entre a teoria e a prática nem sempre é fácil de conseguir até porque, mercê de aquisições, ofertas e permutas, as bibliotecas tendem a ampliar as suas coleções, e o mesmo não acontece com os espaços disponíveis... Quando António Ribeiro dos Santos dá início às suas funções de bibliotecário-mor do reino, em 1796, traz consigo a experiência da organização e direção da Biblioteca da Universidade de Coimbra, mas a montante da sua capacitação para o lugar estava, entre outras

valências, a grande cultura escrita que possuía (Pereira 1983) e o conhecimento dos manuais que se editavam, quer sobre o modo de formar uma biblioteca, quer sobre as melhores obras e edições que nela deveriam constar.

- 3 Que modelos seguiu no arranjo da Real Biblioteca Pública da Corte? Quais as áreas de saber que procurou privilegiar nas coleções? De que modo podemos encontrar as correntes iluministas no seu projeto?

Modelos de organização de bibliotecas

- 4 São estas, basicamente, as perguntas a que tentaremos responder e, começando pelos modelos teóricos e práticos que António Ribeiro dos Santos tinha à sua disposição, parece-nos importante apresentá-los em contexto. Com efeito, desde a Idade Média que é possível rastrear na composição do *Trivium* e do *Quadrivium*, as principais áreas do Saber consubstanciadas num elenco de matérias apresentadas de acordo com uma hierarquização da sua importância, elenco esse que tinha aplicação prática especialmente no ensino. O Humanismo comporta uma dimensão diferente no domínio dos conhecimentos e a biblioteca do Escorial, grande empresa de colecionismo dos saberes disponíveis na sua época, propõe um ordenamento diferente para esses mesmos saberes. Como diz Maria Teresa Amado (Amado 1997, 30):

“Progressivamente, a biblioteca mantendo a ordem do Saber tradicional, foi-se apropriando da cultura presente (aprendendo a incorporar nessa cultura o sentido da utilidade) quer pela introdução de novos títulos e de novos temas, quer pela língua que passa a ser usada, quer pelos suportes materiais arquivados (manuscritos), que passam a ser vistos como o material original em que deve basear-se a narrativa histórica, cada vez mais divulgada (e controlada) pelo livro impresso.”

- 5 A partir do século XVII, assiste-se a uma progressiva divulgação e aperfeiçoamento dos esquemas classificativos específicos para a constituição e arrumação dos livros em bibliotecas, consolidando-se no século XVIII, com o grande desenvolvimento em termos de tratadística biblioteconómica e de mobiliário próprio para grandes e pequenas bibliotecas, aquilo que podemos designar por um novo paradigma no domínio das coleções bibliográficas (Campos 2013).
- 6 Foi, naturalmente, o efeito do expressivo aumento da produção escrita a que a tipografia dava forma, a existência de uma diversidade de temas cada vez maior e a vulgarização de hábitos colecionistas que levava ao surgimento de mais bibliotecas, quer particulares quer institucionais, religiosas ou laicas (Chartier & Roche 1988).
- 7 Começaram a surgir tratados que propunham modelos para constituir e manter uma biblioteca, orientados para tipos distintos de prospetivos colecionadores, sobretudo a partir do século XVII, na assunção de que a posse de livros e mais ainda de uma biblioteca era um sinal de distinção social. Os autores, normalmente bibliotecários e/ou livreiros, começavam assim a criar um conjunto de princípios teóricos que valorizavam a classificação das espécies e a sua disposição harmónica e metódica nas estantes (Chartier 1997). Ao mesmo tempo, apresentavam listas das obras mais notáveis que qualquer boa biblioteca deveria conter e ainda conselhos sobre o mobiliário, a localização da biblioteca dentro da casa e o espaço de convivialidade que nela se deveria proporcionar.

- 8 Olhando para os primeiros tratados publicados, é consensual considerar que se deve a Gabriel Naudé (1600-1653) o primeiro manual de biblioteconomia,¹ que intitulou *Advis pour dresser une bibliotheque*, onde se nota já o fim dos antigos esquemas de saberes, inclusive os humanistas, e o estabelecimento de um novo sistema onde despontam os saberes modernos. Naudé foi bibliotecário do cardeal Barberini e do cardeal Mazzarino, o qual, com a sua ajuda, constituiu uma biblioteca de quarenta mil volumes. Com uma escrita descritiva sob forma de conselhos e com recurso a comparações, estabelece nesta obra alguns princípios fundamentais sobre a constituição de uma biblioteca, o principal dos quais é a noção de que a “alma” da biblioteca é a ordem. Sem uma ordenação lógica e coerente, os livros nas estantes assemelham-se a soldados numa batalha, sem capitães que os dirijam. A ordem de matérias que propõe articula-se em sete grandes classes: Teologia, Medicina, Jurisprudência, História, Filosofia, Matemáticas e Humanidades, para as quais é necessário dividir cada uma em particular de acordo com as matérias mais específicas; contudo, deve ter-se sempre em atenção os gostos do colecionador e as características que pretende imprimir à sua biblioteca. Grande ou pequena, com maior ou menor variedade temática, Naudé considera que, numa biblioteca, a chave para uma boa classificação assenta sempre na escolha daquela que seja mais intuitiva, menos obscura e mais natural (Martin 1982).
- 9 Atente-se à modernidade das grandes classes que este autor propõe, as quais, com as devidas atualizações, estão ainda presentes nos esquemas de classificação que, na atualidade, se utilizam em bibliotecas. A Teologia e a Jurisprudência provêm de esquemas mais antigos e tendem a manter-se, como vamos ver, nas tabelas dos séculos seguintes. A Medicina e as Matemáticas impõem-se como classes autónomas, não sujeitas à Filosofia, e já veremos que em esquemas posteriores nem sempre será assim. A História (que ainda não era classe no século XVI) faz o seu aparecimento, e as Humanidades, que até têm um certo “sabor” atual, não tiveram continuidade no léxico das classificações, como veremos nos próximos exemplos.
- 10 Terá esta obra influenciado António Ribeiro dos Santos? No que respeita aos princípios que nela se expõem, podemos encontrar aí o travejamento necessário para uma abordagem sistémica da organização da Biblioteca Pública (Cabral 2014, 242-243), mas, face à grande evolução na produção da tratadística bibliográfica e biblioteconómica que ocorreu no decurso do século XVIII, foram outros, sem dúvida, os modelos práticos que estudou e adotou. Antes, porém, de circunstanciarmos o esquema dos livreiros franceses que influenciou a organização das bibliotecas na segunda metade de Setecentos, cabe-nos fazer um apontamento relativo à presença (ou influência) da classificação de Naudé, em Portugal. Com efeito, vamos encontrá-la no edital de 10 de julho da Real Mesa Censória, como base para a apresentação dos róis de livros que os respetivos proprietários deveriam fazer e remeter àquele organismo para exame e eventual censura. As classes sob as quais se deviam listar as obras possuídas eram: Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Letras. Numa hierarquização ligeiramente diferente e com as Belas Letras a substituir as Humanidades, temos a classificação proposta por Gabriel Naudé.
- 11 De notar que os manuais setecentistas, profusamente impressos em França e com várias edições, não são unânimes na apresentação hierárquica das diferentes classes, a qual, com a respetiva especificação dos conteúdos, deu origem à síntese consensual, proposta por François Furet (Furet 1965-1970) e sustentada por João Luís Lisboa (Lisboa 1991, 37), que transcrevemos:

“1 – Teologia que compreende as obras religiosas com os textos sagrados, litúrgicos ou apoloéticos. 2 – Jurisprudência (direito civil e canónico). 3 – Ciências e Artes, grupo heterogéneo que engloba a Filosofia e ‘saberes’ variados; como a Medicina ou a Matemática e finalmente. 4 – ‘Belas Letras’, com a filologia, o romance, a poesia e também a imprensa e as miscelâneas. 5 – História civil e religiosa, Biografias, Geografia e viagens.”

- 12 Esta “classificação dos livreiros franceses”, como ficou conhecida, alcançou uma posição normativa, também com o seu esquema de subdivisões lógicas dentro de cada classe; de tal modo que um dos seus expoentes máximos, a *Bibliographie instructive ou Traité de la connaissance des livres rares et singuliers* (De Bure 1763-1768), incluía no título da obra a seguinte referência: “[...] Disposée par ordre de Matières & de Facultés, suivant le système Bibliographique généralement adopté [...]”. O cânone continuou pelo século XIX, sendo o seu melhor exemplo o *Manuel du libraire et de l’amateur de livres* (Brunet 1860-1868).² Note-se, porém, que nestas obras dos livreiros que tanto êxito conheceram a classificação *per se* não é o único objetivo que se pretende alcançar. Ela funciona como um “molde”, dentro do qual se elencam, nas diversas subclasses, os livros considerados mais relevantes para a atividade dos livreiros e para os “amadores de livros”. Não é já o “Advis” para formar uma biblioteca com conselhos práticos sobre a melhor forma de arrumar folhetos ou periódicos, por exemplo, e princípios teóricos sobre o valor e a importância dos livros como fontes de saber. São listagens organizadas que permitem conhecer o que se publicava e que incluem, abundantemente, informações sobre edições mais antigas que, pela sua raridade, valor e importância, podiam interessar o colecionador bibliófilo e o bibliotecário. Nas palavras de Maria Luísa López-Vidriero (López Vidriero 1998, 459-460):

Los manuales son **catálogos** organizados bibliográficamente. Presentan un plan metódico que consiste en dividir y subdividir en clases todo lo que es objeto del conocimiento. Más allá del fin pragmático de facilitar al gabinetista orientarse entre sus libros, la bondad de un sistema bien establecido radica en que proporciona una clasificación del saber que sirve para situar los conocimientos adquiridos [...]. Bibliógrafos y libreros trazan varios sistemas de clasificación. Los de estos últimos, concretamente, los denominamos de los libreros parisinos, son los que más fama alcanzan.

Sistemas de classificação e bibliotecas portuguesas

- 13 Quais as práticas de organização de bibliotecas que Ribeiro dos Santos podia encontrar em Portugal? A Real Biblioteca Pública era, de facto, o primeiro estabelecimento do seu género no país, mas de há muito existiam outras bibliotecas privadas com grandes coleções bibliográficas, as quais, nalguns casos, facultavam a leitura a particulares. Referimo-nos, sobretudo, às bibliotecas de conventos e mosteiros, por vezes num cúmulo de séculos, com acervos organizados e dispondo de bibliotecários. Os catálogos manuscritos dessas bibliotecas mostram, em grande parte dos casos, não apenas a ordenação alfabética das obras pelo nome do autor, mas igualmente o sistema classificativo que se utilizava. Não raro, nas Advertências que o bibliotecário escrevia para justificar as suas opções, especialmente no tocante à forma de arrumar os livros, encontram-se reflexões que demonstram, por um lado, que havia conhecimento dos manuais e tratados que circulavam e, por outro lado, que a aplicação dos esquemas propostos tinha de ser matizada de acordo com as temáticas da biblioteca e com os espaços físicos disponíveis (Campos 2015).

- 14 A verdade é que, como atrás referimos, não bastava um esquema de classificação adequado e em linha com a progressiva evolução dos saberes. A organização física por assuntos e a disposição dos livros nas estantes de acordo com as matérias eram o modelo por excelência que se praticava em toda a Europa. Desse modo, a situação ideal para que a ordem imperasse na biblioteca ocorria quando a classificação física e intelectual das obras estava em total correlação. Tal conseguir-se-ia, como os manuais preconizavam, se cada armário ou estante apenas contivesse obras de determinada classe, a qual, por sua vez, daria origem a vários armários ou estantes, ordenados por subclasses, caso houvesse muitas obras sobre essa matéria. Pelo contrário, em assuntos pouco representados na biblioteca, poder-se-ia partilhar um mesmo espaço.
- 15 Este desejável equilíbrio foi sempre um problema difícil de resolver em bibliotecas grandes e sujeitas a contínuo crescimento. A primeira questão prendia-se com a necessidade de o curador da coleção prever espaços de crescimento, precisando para tal de conhecer bem os assuntos que mais interessavam e a rapidez com que iam surgindo novas edições, bem como ponderar a acessibilidade aos livros (se direta ou intermediada) por parte dos leitores.
- 16 A segunda questão estava ligada ao formato dos livros, o qual obrigava constantemente a alguns ajustes na organização intelectual para não prejudicar a organização física.
- 17 Com efeito, para além do princípio de evitar uma excessiva particularização dentro das matérias, havia um outro a considerar, prévio à arrumação propriamente dita, que consistia em dividir as obras de cada matéria por formatos, de tal modo que não se colocassem na mesma prateleira obras pequenas e grandes com natural prejuízo na rentabilização do espaço útil. O bibliotecário do palácio/convento de Mafra, frei João de Santa Ana, refere, na *Advertencia* ao catálogo que elaborou em 1819, estes e outros problemas de ordem prática que nos elucidam sobre a gestão quotidiana das coleções (Ferreira 2013, 283-302).

A ordem dos saberes na Real Biblioteca Pública

- 18 Ora, foi face a todas estas questões e com pleno conhecimento dos esquemas classificativos que se utilizavam na época e, certamente, por experiência própria e contacto com outras bibliotecas, que António Ribeiro dos Santos se lançou na árdua tarefa de classificar intelectualmente e ordenar fisicamente os saberes na Real Biblioteca Pública da Corte de modo a poder abri-la ao público, como sucedeu em 1797.
- 19 A Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) tem a Tabela que Ribeiro dos Santos mandou fazer com o objetivo de servir de guia ao visitante que demandasse a biblioteca (*Do Terreiro do Paço ao Campo Grande* 1997, 157-158). Trata-se de um documento muito detalhado, utilizado como referencial à forma lógica de arrumação do acervo inicial e que configura uma categorização hierarquizada desenvolvida, não apenas de acordo com simples classes teóricas, mas também com a preocupação prática da ocupação específica de espaços que eram, no caso, as salas disponíveis.
- 20 As grandes classes que escolheu são as seguintes:

História – Belas Letras – Ciências Naturais e Filosóficas. Artes e Ofícios – Ciências Cívicas e Políticas – Ciências Eclesiásticas – Poligrafia ou Vária Erudição.

- 21 O esquema geral está estruturado de uma forma diferente daquela que, com mais ou menos alterações, antes apresentámos. A Teologia é absorvida pela designação *Ciências Eclesiásticas*, ficando assim consignada uma perspetiva científica para uma área tradicional do saber, perspetiva essa que ainda não tínhamos visto referida e que, em nosso entender, constitui uma marca do saber e da visão de Ribeiro dos Santos. Curiosamente, não há a designação *Ciências e Artes*, que já era ao tempo bastante comum e que mais tarde vai surgir na Biblioteca Pública.³ Em sua substituição está o grupo constituído pelas Ciências Naturais e Filosóficas e Artes. A Jurisprudência dá lugar às Ciências Cíveis e Políticas, e a Poligrafia apresenta-se como *Vária Erudição* para integrar obras de natureza mais abrangente, no domínio dos saberes, tornando-as dificilmente classificáveis em designações mais específicas. A História e as Belas Letras mantêm a designação que tradicionalmente lhes era atribuída.
- 22 A Tabela, porém, não se limita a indicar as grandes áreas do Saber e vai mais longe ao detalhar os conteúdos que, nas diversas salas da biblioteca, se ofereciam aos visitantes. É aqui que podemos perceber melhor a visão que Ribeiro dos Santos tinha para a Real Biblioteca Pública e a modernidade do seu pensamento e das suas escolhas. Fazemos seguidamente a apresentação dos conteúdos das diversas salas e escolhemos, para maior compreensão, desdobrar a transcrição da tabela de acordo com as classes.

História

Sala I – História

Geografia e Cronologia; II. História Universal; III. Antiguidades; IV. História Sagrada;

V. História Eclesiástica.

Sala II – História

I. História Civil e Política; II. História Literária.

- 23 A História abre o caminho dos saberes, ocupando duas salas. Na primeira as matérias correspondem, de certo modo, à classificação dos livreiros franceses. A disposição hierárquica inicia-se por duas “ciências auxiliares” que não tinham, ao tempo, autonomia – a Geografia e a Cronologia –, a que se seguem a História Universal e as Antiguidades, que compreendiam as atuais Arqueologia, Numismática e Epigrafia, por exemplo. Seguem-se a História Sagrada e a História Eclesiástica.
- 24 Na segunda sala figuram dois núcleos de grande importância, a História civil e política (história dos países, história de monarcas, por exemplo) e a história literária, o correspondente à Literatura como a consideramos, em compilações ou em obras individuais, mas que inclui catálogos, bibliografias e dicionários de autores, por exemplo. É importante na escolha conceptual de Ribeiro dos Santos a expressão História civil e não História profana (por oposição à História religiosa). Trata-se de um conceito mais moderno, que se começou a impor depois da Revolução Francesa e que está em linha com o contexto em que é criada a primeira biblioteca pública de Portugal.
- 25 É interessante referir que não vem indicada a subclasse Biografias, que era comum nas classificações dos livreiros franceses e que correspondia, aliás, a um nicho de produção tipográfica muito importante em todos os países da Europa. Poder-se-á presumir que

estivesse integrada na História Literária, como um género. Mais difícil de entender é a ausência da subclasse Genealogia e Heráldica, presente também nos manuais franceses, da qual a Biblioteca Pública tinha, certamente, exemplares.

Belas Letras

Sala III – Belas Letras

I. Gramática e Línguas; II. Retórica e Oratória; III. Poética e Poesia.

- 26 As Belas Letras, que se situam na Sala III, focam-se em três grandes grupos que abrangem a Linguística e a Filologia (com as múltiplas gramáticas, “Artes” e dicionários), as obras de Retórica e Oratória e ainda a Poética e a Poesia que, como se vê, são géneros que têm autonomia relativamente à História Literária.

Ciências Naturais e Filosóficas e Artes e Ofícios

Sala IV – Ciências Naturais e Filosóficas, Artes e Ofícios

I. Filosofia Racional (1. Dialética, 2. Metafísica);

II. Filosofia Moral (1. Ética, 2. Direito Natural);

III. Filosofia Natural (1. História Natural, 2. Física, 3. Química, 4. Medicina);

IV. Matemáticas Puras (1. Aritmética, 2. Álgebra, 3. Geometria);

V. Matemáticas Mistas (1. Mecânica ou Foronomia, 2. Astronomia, 3. Ótica, 4. Acústica, 5. Pneumatologia);

VI. Artes Físicas (1. Agrárias, 2. Pastorais, 3. Venatórias, 4. Piscatórias, 5. Cibárias (provi- sões alimentícias), 6. Químicas, 7. Médicas, 8. De Manufaturas, 9. De Vestiário e Ornato, 10. Linárias (de linho), 11. De Olaria, 12. De Pedraria ou Lapidária, 13. Metalúrgicas);

VII. Artes Físico-Matemáticas (1. Mecânicas, 2. Arquitetónicas, 3. Militares, 4. Náuticas, 5. Óticas, 6. Pneumatológicas);

VIII. Imitações ou Belas Artes (1. Desenho, 2. Escultura, 3. Gravura, 4. Pintura, 5. Música, 6. Pantomímica).

- 27 A proposta de Ribeiro dos Santos para a Sala IV é uma visão científica e tecnológica que coloca a novel Biblioteca Pública num patamar diferente do modelo “clássico”, seguindo uma orientação claramente iluminista; naturalmente, o nome que pretende identificar os conteúdos desta sala é, precisamente, Ciências Naturais e Filosóficas e Artes e Ofícios.
- 28 Veja-se em primeiro lugar a preocupação de distinguir entre as Ciências, e as Artes e Ofícios. Numa exemplificação mais fina, observa-se que, para as obras respeitantes à Medicina, a parte científica está subordinada à Filosofia Natural, ombreando com o que é hoje a Biologia e continua a ser a Física e a Química. Mas para a prática da Medicina encontramos subordinada às Artes Físicas, as Artes Médicas lado a lado com as

Químicas e as de Manufaturas. A leitura da lista minuciosa e exaustiva revela a sua fonte: com efeito, vemos facilmente retomar-se, na Real Biblioteca Pública, o elenco de matérias proposto na *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts, des métiers*, de Diderot e D'Alembert, publicada originalmente entre 1751 e 1780, mas já com as atualizações que, posteriormente, se foram incorporando. É precisamente no volume inicial que consta o “Système figuré des connoissances humaines”, grande árvore dos saberes disponíveis e cuja disposição hierárquica inspirou a arrumação dos livros na Real Biblioteca Pública. Vemos, por ordem, a Filosofia, nas vertentes racional, moral e natural. De seguida temos as Matemáticas, puras e mistas, posto o que passamos às Artes, subdivididas em físicas e físico-matemáticas, onde, por exemplo se integra a Arquitetura; na última subclasse figuram as Imitações ou Belas Artes, as quais no decurso do século XIX, se vêm a constituir em classe autónoma.

Ciências Cívicas e Políticas

Sala V – Ciências Cívicas e Políticas

I. Direito Político Universal; II. Direito Civil de cada Nação; III. Economia; IV. Diplomática.

- 29 As Ciências Cívicas e Políticas, como antes referido, são também um conceito inovador que vem substituir a antiga classe da Jurisprudência, agrupando o Direito, a Economia e a Diplomática.

Ciências Eclesiásticas

Sala VI – Ciências Eclesiásticas

I. Bíblias; II. Concílios; III. Bulários; IV. Padres e Escritores Eclesiásticos.

Sala VII – Ciências Eclesiásticas

I. Teologia Positiva em geral; II. Exegética; III. Dogmática; IV. Simbólica; V. Catequética;

VI. Moral; VII. Litúrgica.

Sala VIII – Ciências Eclesiásticas

VIII. Teologia Canónica; IX. Polémica.

Sala IX – Ciências Eclesiásticas

X. Teologia Mística; XI. Parenética.

- 30 Há quatro salas dedicadas às Ciências Eclesiásticas, designação que incorpora vários domínios da Religião e da Teologia. Não se encontra menção da Hagiografia, secção certamente importante no acervo da Real Biblioteca, especialmente tendo em conta que nas coleções bibliográficas estavam incluídas as obras resultantes da incorporação das bibliotecas jesuíticas, onde deviam existir exemplares de vidas de santos; a isto junta-se o facto de se tratar de um género ainda expressivo na produção tipográfica do século XVIII. De notar que também indicámos atrás a inexistência de uma subclasse

consagrada às Biografias que, ao tempo, era vulgar encontrar na classe da História e que, em regra, se subdividia conforme a natureza e o género do(a) biografado(a).

Poligrafia ou Vária Erudição

Sala X – Poligrafia ou Vária Erudição

I. Obras Enciclopédicas; II. Várias.

- 31 A Sala X é a da Poligrafia ou Vária Erudição e tem dois grupos. O primeiro é relativo a obras enciclopédicas e engloba também dicionários temáticos e compilações de textos de diversas matérias, ou seja, um tipo de obras muito vulgares no século XVIII e que conheciam múltiplas atualizações e continuações, quando tinham êxito. Como era prática, podiam aqui figurar as coleções de periódicos, pelo menos os mais generalistas, pois os de especialidade poder-se-iam arrumar nas salas respetivas. O segundo grupo, a subclasse Várias (que nalguns catálogos já vimos com a designação Miscelânea), pretende incorporar as obras que abrangiam assuntos diversos.
- 32 O esquema classificativo distribui-se, portanto, pelas distintas salas da Biblioteca num caminho lógico e imediatamente perceptível ao potencial leitor. Mais do que uma hierarquização “clássica” das matérias, pensamos que a organização intelectual teve, primordialmente, a ver com o número de espécies em cada classe e com a dimensão das salas; ou seja, Ribeiro dos Santos soube conciliar a questão fundamental que atrás tínhamos referido, criando um justo equilíbrio entre a arrumação intelectual e a arrumação física. Os catálogos permitiriam identificar a obra ou obras que, em concreto, se pretendia consultar.
- 33 A Biblioteca não era apenas constituída por coleções bibliográficas. À semelhança das suas congéneres na Europa, constituía-se também como repositório de outras coleções, e essa assunção de espaço patrimonial é, aliás, um aspeto fundamental na política seguida por António Ribeiro dos Santos enquanto curador das primeiras coleções nacionais. A procura e aquisição, por compra ou doação, de espécies raras e a diversificação das manifestações culturais e científicas que deviam integrar o espólio da Real Biblioteca foram uma constante do seu trabalho ao longo dos anos em que foi bibliotecário-mor. Valeram-lhe as competências bibliográficas, os gostos de bibliófilo e a atenção e conhecimento das oportunidades que se lhe deparavam (Cabral 2014, 207-35). As duas últimas salas são o testemunho desse trabalho.

Manuscritos

- 34 À Sala XI correspondem os Manuscritos, subdivididos de acordo com as grandes classes temáticas relativas à classificação das obras impressas. Nesta categoria, encontramos também outro tipo de documentos como os cartográficos, iconográficos e um “&c.” que abre caminho a outras manifestações.

Sala XI – Manuscritos

I. De História; II. De Belas Letras; III. De Ciências Naturais e Filosóficas e de Artes e Ofícios;

IV. De Ciências Cívicas e Políticas; V. De Ciências Eclesiásticas; VI. De Poligrafia ou Vária Erudição; VII. Mapas, Plantas, Prospetos, Desenhos, &c.

Museu de Antiguidades

Sala XII – Museu de Antiguidades

I. Monetário; II. Peças de Várias Artes.

35 A Sala XII constituía o Museu de Antiguidades, onde se exibiam, como era habitual na época, a coleção numismática e “peças de várias artes”, desde objetos e vestígios da Antiguidade Clássica até pinturas ou esculturas. Podia-se, assim, apreciar um património de cariz museológico, como o próprio nome da sala indicava, que prestigiava a instituição e atraía doadores e público em geral. Cabe aqui uma breve referência ao expressivo contributo do Bispo de Beja, D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), para as coleções da Real Biblioteca Pública da Corte, em geral, e para as espécies numismáticas e antiguidades provenientes das escavações arqueológicas que constituíam, na época, uma área colecionista do seu interesse.⁴

36 José Esteves Pereira (Pereira 2006, 19) dá-nos uma interessante perspetiva sobre a “utilidade” deste tipo de peças na Biblioteca Pública:

Era, no fundo, uma iniciativa destinada a disponibilizar instrumentos de conhecimento numa visão ampla do que foi o sentido enciclopédico da Ilustração, onde as ‘origens’, a prova de antiguidade nos estudos históricos, jurídicos e do conhecimento em geral, assumiam um papel determinante. Em época em que era escasso, ainda, o levantamento, a recolha e o estudo cuidadoso de vestígios arqueológicos, paleográficos e esfragísticos o *deficit* de provas é preocupação muito patente nos manuscritos ribeirianos (em parte significativa, referidos com a menção autógrafa *por acabar*).

Considerações finais

37 Que considerações e linhas de reflexão nos propõe esta análise da organização dos saberes na Real Biblioteca Pública?

38 1.^a – O esquema configura uma hierarquização de matérias, por vezes muito geral, como no caso da História, outras vezes muito detalhada. As áreas científicas e técnicas são, como vimos, extremamente minuciosas, assumindo-se o esquema herdado da *Encyclopédie*. A Real Biblioteca contextualiza-se, assim, num momento em que se pretendia mitigar a ausência ou a baixa representação de “leituras” em Ciências e Artes com a oferta que já se começava a manifestar na produção intelectual e tipográfica da Academia Real das Ciências de Lisboa⁵ e nas diretivas editoriais da Impressão Régia (Canavaro *et al.* 1975) e da Casa Literária do Arco do Cego (Campos *et al.* 1999).

39 A coleção nunca chegou a ombrear com as de História e de Ciências Eclesiásticas; no entanto, atentos os gráficos relativos aos mapas de existências preparados em 1816, antes da saída de Ribeiro dos Santos, o quantitativo de volumes de Ciências e Artes ultrapassava ligeiramente os seis mil volumes, mais do que tinham as secções de Belas Letras, de Ciências Cívicas e de Poligrafia (Do Terreiro do Paço ao Campo Grande 1996, 156).

- 40 Foi assumidamente uma área de saberes em que Ribeiro dos Santos procurou fazer aquisições, nomeadamente, de periódicos. Conhecem-se várias listas que preparou no início do século XIX, e entre elas escolhemos uma,⁶ onde, para além de outras áreas temáticas, nomeadamente no âmbito da história literária, é patente a vontade de acompanhar os desenvolvimentos científicos e técnicos pela compra ou subscrição de obras que faltavam à Biblioteca. As listas estão detalhadas por país de origem (Espanha, França, Itália, Alemanha e Inglaterra), e os títulos das publicações são acompanhados, por vezes, de comentários entre parênteses curvos que também transcrevemos. Respigramos apenas alguns exemplos que elucidam sobre a variedade de assuntos e pelas razões aduzidas para aquisição:

De Espanha, António Ribeiro dos Santos pretendia obter, entre outras obras: *Memorial literário ou Bibliotheca periódica de ciencias e artes* (“temos o tomo I 1801”), *Bibliotheca española económico política* (“He coleção de extractos e se abriu por subscrição em 1802 e tem já sahido 6 pequenos cadernos ou n.os”), *Correio literario de Xerez* (“começou em 1800 subscreve-se em Madrid na casa de Esparza”), *Semanario de Agricultura y Artes* (“temos o tomo IX e X de 1801”), *Mercurio de Espanha Madrid* (“há m.tos anos que sahe e necessitamos de todos os tominhos que tem sahido ate agora”), *Anales de Ciencias Naturaes* (“Publicão-se por ordem Superior julgamos serem já 14 tomos”) [f. 1].

De França, na rubrica “De Philosophia e Artes” constam: *Histoire de l’Academie Royale des Sciences de Pariz-4º* (“temos ate 1788”), *Observations sur la Physique-4º* (“temos 45 Vol. de 1773 a 1792”) [f. 4v]; e “De Medicina em particular” destacamos: *Journal de Medicine et Chirurgie- Pariz-8º* (“temos athe 1789”) [f. 5].

- 41 2.^a – Não se deve inferir dessa intenção colecionista e da minúcia com que tratou os assuntos científicos e técnicos na Tabela, que Ribeiro dos Santos tivesse intenção de menorizar as outras áreas do saber. Está sempre presente a noção de construção de uma coleção enciclopédica no melhor espírito das Luzes, onde as mais relevantes obras de todos os saberes possam estar representadas. Alguns outros exemplos que encontramos nas Listas são demonstrativos do cuidado em prover a Biblioteca Pública com textos relevantes no âmbito dos “clássicos”. Assim, de Inglaterra, encontramos, referência às seguintes obras:

Horacio-de João Pini Londres 1733 2 Vol. 8º. Milton-Edição de Baskerville 1 Vol. ou a de 1760 4 Vol. 8º ou algua outra edição se a há melhor. Pope-Obras 15 Vol. 8º. Luis de Camões – tradução Inglesa de William Julius Mackle Oxford 1776” [f. 12].

- 42 3.^a – Por último, a criação do Museu de Antiguidades reforça a visão abrangente da coleção, para além dos livros e dos manuscritos, e pretende colocar a Real Biblioteca ao nível das suas congéneres europeias. A função do bibliotecário tem, pois, a dupla faceta de procurar atualizar e modernizar as coleções e o acesso ao saber disponível, sem nunca esquecer o enriquecimento patrimonial através de oportunas aquisições de cimélios, por compra ou doação.

- 43 Terminamos, dando voz a António Ribeiro dos Santos, quando, a propósito das instalações que deseja para a Real Biblioteca Pública da Corte, nos transmite a sua visão:

“O edificio de uma Biblioteca demanda por seu destino e natureza uma arquitetura grande pois que é um monumento público destinado para depósito de todos os conhecimentos humanos e uma como habitação e aposento das Letras das Ciências e das Artes.”⁷

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Maria Teresa. 1997. *A Língua do Ver na Espanha dos Áustrias: Criação da Memória e Fixação de Ideias*. Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Évora.

AMADO, Maria Teresa. 1998. "A ideia de saber na construção da modernidade: Os livros e a sua ordem". *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional* 3 (2): 35-53.

BRIGOLA, João Carlos. 2003. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

BRUNET, Jacques-Charles. 1860-1868. *Manuel du Libraire et de l'Amateur de Livres...* Paris: Firmin Didot Frères. 5 vol.

CABRAL, Maria Luísa. 2014. *A Real Biblioteca e os seus Criadores*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

CAILLET, Maurice. 1988. "Les Bibliothécaires". *Histoire des Bibliothèques Françaises*, dir. Claude Jolly, 2, 373-80. Paris: Promodis.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. 2013. "O paradigma organizativo das bibliotecas monásticas e conventuais no século XVIII". *As Bibliotecas e o Livro em Instituições Eclesiais: Actas do II e III Encontro Nacional*, 77-98. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. 2015. *Para se Achar Facilmente o que se Busca: Bibliotecas, Catálogos e Leitores no Ambiente Religioso (séc. XVIII)*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, et al. 1999. *"Sem Livros Não Há Instrução": a Casa Literária do Arco do Cego, Bicentenário (1799-1801)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Biblioteca Nacional.

CANAVARRO, Pedro, et al. 1975. *Imprensa Nacional: Actividade de uma Casa Impressora*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CHARTIER, Roger. 1997. *A Ordem dos Livros*. Lisboa: Vega.

CHARTIER, Roger & Daniel Roche. 1984. "Les pratiques urbaines de l'imprimé". *Histoire de l'Edition Française*, dir. Henri-Jean Martin & Roger Chartier, 2, 403-29. Paris: Promodis.

DE BURE, Guillaume-François. 1763-1768. *Bibliographie Instructive ou Traité de la Connaissance des Livres Rares et Singuliers...* A Paris: Chez Guillaume-François De Bure. 6 vol.

Do Terreiro do Paço ao Campo Grande: 200 Anos da Biblioteca Nacional: Catálogo da Exposição. 1997. Lisboa: Biblioteca Nacional.

DOMINGOS, Manuela D. 2006. *Casa dos Livros de Beja: Doação de Frei Manuel do Cenáculo à Real Biblioteca Pública da Corte*. 2.^a ed. Lisboa: Biblioteca Nacional.

DOMINGOS, Manuela D. 2007. "Frei Manuel do Cenáculo no panorama intelectual de setecentos: O erudito e o mecenas". *Convergência Lusíada* 24: 42-66.

DOMINGOS, Manuela D., ed. 2014. *"Até Cair da Mão a Pena": Epistolário de Ribeiro dos Santos e Frei Manuel do Cenáculo, 1796-1808*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts, des Métiers, par une Société des Gens de Lettres, Mis en Ordre et Publié par M. Diderot ... & quant à la Partie Mathématique par M. D'Alembert... 1758-1776. 2.^a ed. A Lucques: chez Vincent Giustini. 28 vol.

FERREIRA, Jorge M. Rodrigues. 2013. *História da Biblioteconomia em Portugal*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

FURET, François. 1965-1970. *Livre et société dans la France du XVIIIe siècle*. Paris: Mouton. 2 vol.

JOLLY, Claude. 1988. "Principales classifications des bibliothèques". *Histoire des Bibliothèques Françaises*, dir. Claude Jolly, 2, 382-95. Paris: Promodis.

LISBOA, João Luís. 1991. *Ciência e Política: Ler nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: INIC. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

LÓPEZ-VIDRIERO, Maria Luísa. 1998. "El gabinete de un hombre de gusto: Manuales para la formación de bibliotecas en el siglo XVIII". *El Libro Antiguo Español. IV-Coleccionismo y Bibliotecas (Siglos XV-XVIII)*, dir. Maria Luísa López-Vidriero & Pedro M. Cátedra, 447-60. Salamanca: Universidad de Salamanca. Madrid: Sociedad Española de Historia del Libro.

MARTIN, Henri-Jean. 1982. "Classements et conjunctures". *Histoire de l'Edition Française*, dir. Henri-Jean Martin & Roger Chartier, 1, 429-41. Paris: Promodis.

NAUDÉ, Gabriel. 1644. *Advis pour dresser une bibliothèque...* 2.^a ed. Paris: Rolet Le Duc.

PEREIRA, José Esteves. 1983. *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII: António Ribeiro dos Santos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PEREIRA, José Esteves. 2006. "Ribeiro dos Santos, Cenáculo e a criação da Real Biblioteca Pública". *Frei Manuel do Cenáculo Construtor de Bibliotecas*, dir. Francisco Lourenço Vaz & José António Calixto, 11-21. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

NOTAS

1. Impressa pela primeira vez em 1627, conheceu várias edições. Usámos a de 1644, impressa em Paris por Rolet Le Duc.
2. Publicado em 1810 pela primeira vez, conheceu múltiplas edições atualizadas posteriormente, quer pelo autor, quer pelos seus sucessores, constituindo-se como uma obra fundamental de referências bibliográficas e influenciando a forma de organizar fisicamente algumas coleções de bibliotecas.
3. De notar que a BNP ainda hoje tem as cotas S.A. (Sciencias e Artes), S.C. (Sciencias Cívicas) e P. (Poligrafia). Conquanto o primeiro bibliotecário-mor não tenha utilizado a denominação Ciências e Artes, usou as de Ciências Cívicas e de Poligrafia.
4. Cf. os mais recentes e relevantes contributos de Manuela D. Domingos sobre esta matéria (2005, 2007 e 2014) e, para além da apreciação que Maria Luísa Cabral faz do papel de Cenáculo na génese da Biblioteca, também a profusa transcrição de cartas relativas ao processo de doação (Cabral 2014, 395- 408). Para uma visão mais alargada sobre o que eram as coleções e o colecionismo em Portugal no século das Luzes, v. Brigola 2003.
5. Estava em curso, por exemplo, a publicação das Memórias económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa: para o adiantamento da agricultura, das artes, e da indústria em Portugal, e suas conquistas. 1789- 1815. 5 vol.
6. BNP. COD 565 [Disponível em: <http://purl.pt/17261>], cit. em Cabral 2014, 345. Cf., na mesma obra, a propósito das listas de Ribeiro dos Santos, especialmente as p. 259-267 e ainda o quadro informativo que testemunha "o movimento epistolar em torno da aquisição de bibliografia no estrangeiro no período em que D. Rodrigo de Sousa Coutinho foi Inspetor Geral da RBPC", nas p. 509-17. O COD 565 é uma cópia e não um autógrafo e, pelas datas que são invocadas nos títulos das obras e nas notas de Ribeiro dos Santos, integra-se no período cronológico de 1801 a 1803.

7. Transcrição em Cabral 2014, 267.

RESUMOS

A constituição de um esquema organizativo que permita, ao mesmo tempo, respeitar a hierarquia teórica de saberes e a arrumação prática dos livros que os contêm tem sido, ao longo de séculos, uma das questões mais importantes da história das bibliotecas. Por um lado, a teoria classificativa sobretudo a partir do século XVIII, apresenta estruturas elaboradas para as grandes classes do Saber em que sobressai o princípio da hierarquia que ordena as diferentes áreas do conhecimento, da mais geral para a mais particular. Por outro lado, o espaço disponível para a arrumação dos livros condiciona a correta ordenação ora porque é limitado e não permite o crescimento da coleção, ora porque o número de obras em cada classe ou subclasse é variável, ora porque os formatos dos livros nem sempre se ajustam entre si, obrigando a soluções de arrumação que alteram o natural encontro entre a matéria e o livro que se procura. Ao ser chamado a desempenhar as funções de bibliotecário mor da Real Biblioteca Pública da Corte (RBPC), António Ribeiro dos Santos estava absolutamente ciente destas grandes questões. Conhecia os sistemas classificativos que se divulgaram pela Europa, sobretudo através das múltiplas edições de manuais destinados à boa formação de uma biblioteca. Conhecia os esquemas das grandes bibliotecas “enciclopédicas” em que o colecionador, individual ou coletivo, procurava criar e ampliar uma coleção tão completa quanto possível dos mais importantes testemunhos escritos (e não só...) ao longo dos tempos e tinha, para além de sólida formação intelectual, também a experiência de bibliófilo e de bibliotecário da Universidade de Coimbra. Tendo em conta que a RBPC contava com um acervo apreciável de livros, ou seja, não foi constituída de raiz, a missão de António Ribeiro dos Santos no que à arrumação dos saberes diz respeito, consistiu na criação de um *corpus* bibliográfico, o mais coeso possível, distribuído metodicamente pelo conjunto das salas de que dispunha nas instalações do Terreiro do Paço. A aquisição de novas espécies e a receção de doações acompanhou a arrumação das obras já existentes e exigiu a elaboração de um esquema teórico e prático onde sobressai uma visão estratégica para o acervo da RBPC que a colocava, abertamente, entre os mais modernos estabelecimentos literários da época. O objetivo deste artigo consiste em apresentar a proposta de Ribeiro dos Santos para classificar e arrumar os saberes da Biblioteca, contextualizando-a nos modelos que então se utilizavam na Europa, mas acompanhando nas matérias expostas, a perceção da orientação “enciclopédica” que pretendia para a grande biblioteca pública que, então, nascia.

The quest for the perfect classification system has been an important issue faced by libraries and librarians, over the centuries. Ultimately, it is still today a relevant chapter in the History of Libraries. Knowledge and knowledge organisation pertain not only to the intellectual efforts to elaborate a comprehensive hierarchical array of subjects but also with the practical actions involved in applying such a system when it comes to the physical displaying of books and other manifestations in the libraries' shelves. When António Ribeiro dos Santos was called upon to direct the Royal Public Library (1796) he already had the experience of a similar position at the library of the University of Coimbra. Furthermore, he was a man of the Enlightenment, with a strong intellectual reputation, and a bibliophile too, which made him aware of the best existing manuals and bibliographies that advised on how to build a library and how to choose the

adequate classification system in order to make it useful for the readers. The object of this paper is to present Ribeiro dos Santos' choices both intellectual and practical ones, in the Library's organisation and management, highlighting his successful efforts to build a new "encyclopaedic" collection simultaneously focused on acquiring and displaying the latest scientific and technical bibliography, the valuable items of printed and manuscript cultural heritage and a cabinet of Antiquities, as was common on the eighteenth century.

ÍNDICE

Keywords: Royal Public Library, António Ribeiro dos Santos, bibliographical collections, classification systems, Enlightenment

Palavras-chave: Real Biblioteca Pública da Corte, António Ribeiro dos Santos, coleções bibliográficas, sistemas de classificação, Iluminismo

AUTOR

FERNANDA MARIA GUEDES DE CAMPOS

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal. fmgcampos@netcabo.pt

Doutorada em História Moderna (NOVA FCSH), é investigadora do CHAM (NOVA FCSH-UAc) e investigadora convidada do CEHR-UCP. Foi Subdiretora da Biblioteca Nacional (1992-2006).

Integrou e coordenou organizações internacionais como o CERL - Consortium of European Research Libraries (2001-2006) e o ECPA - European Committee on Preservation and Access (2002-2006).

As suas áreas de interesse e investigação são a História do Livro, da Leitura e das Bibliotecas no Antigo Regime, especialmente bibliotecas religiosas, com o objetivo de reconstituir coleções, regras de organização, práticas de leitura e modelos conservadores vs. modernos de bibliotecas. PhD in History, NOVA FCSH. Researcher at CHAM — Center for the Humanities (NOVA FCSH-UAc) and Invited Researcher at CEHR-UCP. Former Deputy Librarian at the National Library of Portugal (1992- 2006), Member of the Director's Board of CERL - Consortium of European Research Libraries (2001- 2006); Chairperson of ECPA - European Commission on Preservation and Access (2002-2006). Currently develops research on History of the Book, Libraries and Reading especially religious libraries in "Ancien Regime" with the aim of re-constructing collections, organisation rules, reading practices and conservative vs modern models of libraries.